

## **ENVELHECIMENTO E LONGEVIDADE: DESAFIO ATUAL NA GESTÃO PÚBLICA DE CARAGUATATUBA**

Ivy Monteiro Malerba; Juliana Carvalho; Mario Pascarelli Filho

*Fundação Armando Alvares Penteado - FAAP*  
*ivymonteiomalerba@hotmail.com*

Compreender o impacto do significativo aumento que a população de idosos sofrerá nos próximos vinte anos e o que isso representa para uma administração municipal é de suma importância. O novo cenário no processo de envelhecimento humano está pautado na longevidade, ou seja, no aumento do tempo de anos vividos, somado a queda da natalidade na população brasileira. Analisar portanto, o contexto atual do município de Caraguatatuba; realizar um diagnóstico a partir da escuta da população idosa; identificar o cenário, infraestrutura e serviços existentes; desenvolver um plano articulado de ação para o fortalecimento da política de atenção aos idosos, pautado na oferta de ambientes e serviços promotores do envelhecimento saudável e ativo e da qualidade de vida, tornam-se prerrogativas fundamentais para que o município consolide-se como uma cidade verdadeiramente amiga do idoso.

**Palavras Chaves:** Envelhecimento; Políticas Públicas; Longevidade; Idoso; Município.

### **INTRODUÇÃO**

Diante de uma análise do século XX, podemos considerar inúmeros avanços científicos e mudanças significativas em nosso cenário socioeconômico, que dentre muitas consequências, uma das mais evidentes, certamente é o envelhecimento populacional, um processo irreversível, que reflete uma nova configuração etária mundialmente, em especial no nosso país.

Uma população envelhece à medida que acontece uma mudança na sua estrutura etária, que produz um aumento do peso relativo das pessoas acima de determinada idade, considerada como definidora do início da velhice (WONG; CARVALHO, 2006).

Segundo a ONU, este fenômeno mundial tem início no século XX e prosseguirá no século XXI. Em 2050, dois bilhões de pessoas em todo mundo serão idosos, sendo a primeira vez na história que haverá mais pessoas maiores de 60 anos do que menores de 15 anos.

Somado a este fato, estamos vivendo além do processo de envelhecimento da população, um aumento da longevidade, ou seja, ao número de anos vividos por um indivíduo ou ao número de anos que, em média, as pessoas de uma mesma geração viverão.

Envelhecimento e longevidade são dois conceitos correlacionados. Segundo o dicionário Houaiss, longevidade significa: característica ou qualidade de longo; duração da vida mais longa que o comum. Já envelhecimento significa: ato ou efeito de envelhecer; ato ou efeito de tornar-se velho, mais velho, ou de aparentar velhice ou antiguidade.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), no Brasil, até 2020 a população idosa irá compor um contingente estimado em 31,8 milhões de pessoas. Esse segmento populacional, ao crescer 15 vezes no período entre 1950 e 2020 (em contraste com a população total que terá crescido apenas cinco vezes), situará o Brasil como o sexto país do mundo em termos de massa de idosos (VERAS, 2002).

Esse fenômeno gera novas demandas e desafios para os serviços públicos e aumentos significativos nos custos dos programas, exigindo o conhecimento de problemas prioritários e o desenvolvimento de ações visando sua resolução.

No Brasil, o país vive uma redução da população jovem e a um aumento no número absoluto de idosos. Inúmeros indicadores apontam demandas urgentes e a falta de políticas públicas adequadas e direcionadas para este novo cenário, demonstrando incapacidade de oferecer as condições ideais e necessárias para um processo de envelhecimento digno, saudável e ativo ao cidadão brasileiro.

Pode-se entender por políticas públicas o conjunto de decisões e ações de um governo eleito para solucionar problemas e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. O momento presente demanda a expansão e fortalecimento de políticas públicas setoriais de proteção aos idosos, respondendo ao novo contexto demográfico, definindo estratégias e ações que equilibrem as três esferas públicas político-administrativas do Estado Brasileiro: a União, Estados e Municípios, como também a revisão do pacto federativo, fato essencial já que o que chega aos municípios é insuficiente para ações efetivas e concretas.

Muitas são os desafios que circundam o envelhecimento populacional em nosso país. Entre deles, destaca-se a desigualdade social; falta de garantia de políticas públicas setoriais específicas para um processo de envelhecimento digno; aposentadorias não condizentes aos custos que o envelhecimento acarreta; feminização da velhice; alteração da dinâmica familiar que não favorece a assistência ao idoso e principalmente a insuficiência do Estado em políticas de apoio ao cuidado familiar e estruturas diferenciadas de cuidados para o abrigo ou cuidado humanizado a idosos frágeis e vulneráveis, sujeitos a violação de direitos.

Os desafios supracitados devem ser cuidados para que a longevidade não seja vista como peso e ameaça, mas como dom e riqueza para o verdadeiro progresso humano. Segundo Rousseau, na juventude deve-se acumular o saber. Na velhice fazer uso dele.

Em nossa sociedade, a representação social da pessoa idosa é predominantemente negativa, podendo ser constatado em diversas situações a imagem preconceituosa em que o idoso é submetido, sendo projetada essa discriminação em diversas esferas, o que se traduz em desemprego, trabalho precário, aposentadoria precoce e nos vários tipos de violência a que são frequentemente submetidos, soma-se ainda os olhares de piedade, incapacidade e invalidez.

A Organização Mundial de Saúde (OMS, 2008) definiu o envelhecimento ativo como um processo de otimização de oportunidades de bem-estar físico, mental e social através do curso da vida, de forma a aumentar a expectativa de vida saudável e a qualidade de vida na velhice, sendo os principais fatores determinantes: serviços de saúde e sociais; determinantes pessoais e biológicos; determinantes comportamentais; determinantes sociais; determinantes econômicos e culturais.

Defende que se pode custear o envelhecimento se os governos implementarem políticas para o “envelhecimento ativo” que promovam a saúde, a participação e a segurança da população idosa. Os benefícios são enormes, exemplos são de que segundo o Centro para Controle das Doenças dos Estados Unidos (1999), estimou-se que a cada dólar investido em medidas para estimular a atividade física moderada houve uma economia de 3,2 dólares em despesas médicas e de saúde. Com idosos ativos trabalhando, haverá uma compensação nos crescentes custos com pensões e aposentadorias, assim como os custos com assistência médica e social.

O processo de envelhecimento da população levanta inúmeras questões fundamentais para os formuladores de políticas. Como podemos contribuir para as pessoas permanecerem independentes e ativas à medida que envelhecem? Já que as pessoas estão vivendo por mais tempo, como a qualidade de vida na chamada “Terceira Idade” pode ser melhorada? Como podemos equilibrar o papel da família e o do Estado frente à assistência necessária ao idoso que requer cuidados? Então, como viver bem para viver mais? Ou para viver mais como viver bem?

O Envelhecimento populacional é uma conquista da humanidade no século XX, derivado do sucesso de políticas públicas sociais e de saúde e não deve ser encarado como um problema, mas desde que sejam elaborados políticas e programas que sustentem as necessidades advindas deste processo.

O envelhecimento ativo fortalece as políticas e promove uma sociedade inclusiva e coesa para todas as idades, sendo assim, o reconhecimento do direito à vida, à dignidade e à longevidade deve ser objeto da agenda oficial e prioritária de um governo.

O termo “envelhecimento ativo” foi adotado pela Organização Mundial da Saúde no final dos anos 90. Procura transmitir uma mensagem mais abrangente do que “envelhecimento saudável” e reconhecer, além dos cuidados com a saúde, outros fatores que afetam o modo como os indivíduos e populações envelhecem (KALACHE e KICKBUSCH, 1997).

Compreender o impacto que este processo de envelhecimento e longevidade acarretará para a administração municipal de Caraguatatuba é de suma importância diante do aumento significativo que a população de idosos sofrerá nos próximos vinte anos, se quisermos que nossos idosos envelheçam com qualidade.

Analisar o contexto político-sócio-econômico e demográfico do município de Caraguatatuba, identificar as demandas mais urgentes, desenvolver um plano de ação para o fortalecimento das políticas de atenção aos idosos no município de maneira preventiva e planejada, contribuirá para minimizar os desafios advindos deste processo e tornar Caraguatatuba uma cidade verdadeiramente amiga do idoso, segundo diretrizes preconizadas pela OMS.

## **METODOLOGIA**

Esta pesquisa se classifica como exploratória. Segundo Gil (1998, p.45) como aquelas que (...) “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses. Pode-se dizer que tais pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado”. A pesquisa foi realizada no município de Caraguatatuba (Litoral Norte do Estado de São Paulo) e a fonte de coleta de dados foi cedida pela Prefeitura Municipal de Caraguatatuba, através da Secretaria Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso.

O envelhecimento da população levanta várias questões essenciais para os formuladores de políticas. De que modo podemos contribuir para que as pessoas permaneçam independentes e ativas à medida que envelhecem? Como estimular as políticas preventivas e a promoção da saúde, de maneira que as pessoas vivam mais tempo, mas vivam com dignidade? Então, como viver bem para viver mais? Ou para viver mais como viver bem?

A formulação de um plano municipal de atenção ao idoso torna-se uma ação essencial de maneira a fortalecer a rede de cuidados e serviços aos idosos e promover o bem-estar e a qualidade de vida, sobretudo dos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, a partir da escuta e diagnóstico das reais necessidades e prioridades segundo perspectivas, protagonismo e empoderamento da população em questão.

Este plano será formulado com base no diagnóstico obtido com os idosos através da pesquisa “Caraguá Cidade Amiga do Idoso” realizada em 2014, à partir do Guia Global das Cidades Amigas do Idoso, onde a OMS identificou as características-chave de uma cidade amiga do idoso e preparou uma lista de checagem destinado a ajudar grupos a tornar suas cidades mais amigas dos idosos, como órgãos governamentais, organizações acadêmicas e de voluntários e o setor privado.

O plano de ação também se pautará pelo diagnóstico levantado na realização da 1ª Conferência Municipal do Idoso, realizado no ano de 2015.

Além do diagnóstico com os idosos, dados coletados através dos serviços oferecidos pelas diversas secretarias municipais de Caraguatatuba e seus prestadores de serviços, embasarão o apontamento das ações já realizadas, mas principalmente as ações que deverão ser efetivadas para garantia da qualidade de vida dos idosos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Uma técnica escolhida para o desenvolvimento da pesquisa foi a de “Grupo Focal”, técnica de pesquisa que coleta dados por meio das interações grupais, somando-se a alternativas como pesquisa documental, pesquisa-ação e pesquisa bibliográfica.

A técnica do Grupo Focal é um recurso para compreender o processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos (Morgan 1997 apud Veiga & Gondim, 2001).

Nesta técnica, pede-se aos idosos que apontem as vantagens e as barreiras encontradas em seu entorno, a partir dos oito aspectos da vida humana apontados no checklist do Guia Global Cidade Amiga do Idoso

Nesta técnica foram pesquisados os seguintes tópicos: espaços abertos e estabelecimentos; transporte; moradia; respeito e inclusão social; participação social; comunicação e informação; participação civil e emprego; apoio da comunidade e serviços, conforme figura abaixo:

**Fig. 1 – Quesitos pesquisados no Projeto Cidade Amiga do Idoso**



*Fonte: Guia Global Cidade Amiga do Idoso 2008*

O objetivo desta pesquisa foi desenvolver uma avaliação na cidade sob a ótica dos idosos, a fim de identificar onde e como a cidade pode ser mais amigável ao idoso e traçar um mapa para acompanhar sua evolução.

Considerando a proposta metodológica do Programa, que aponta o início das atividades pelo desenvolvimento de pesquisa com a utilização da técnica de Grupos Focais, o primeiro passo foi a realização de uma capacitação nessa área para a equipe de trabalho da Secretaria Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso (SEPEDI), implantada no município em 2012. A capacitação aconteceu em outubro de 2013, com a colaboração de docentes do curso de Gerontologia da EACH/USP, onde a partir desta, foram realizadas reuniões que definiram a agenda de trabalho da pesquisa e permitiram a formação da Comissão Tripartite para acompanhamento da pesquisa, composta por representantes do Conselho Municipal do Idoso, da Sociedade Civil e da SEPEDI. Em 2014 foi realizado o “Fórum Cidade Amiga do Idoso”, aberto à população como um todo, com o objetivo de esclarecer o objetivo da pesquisa. Durante esse Fórum foi eleito o Grupo de Pilotagem, composto por técnicos e voluntários da comunidade, que na sequência se reuniram para a definição da agenda do trabalho da pesquisa.

Após articulações entre a Administração Municipal e o Conselho Municipal do Idoso, a SEPEDI formalizou o processo de inclusão do município no Programa Estadual “Município Amigo do Idoso”, junto à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, entendendo que o Programa estava em consonância com a prioridade e visão que o município tinha



diante da população idosa, sendo um meio de aprimorar, organizar, ampliar e unificar as políticas públicas voltadas a este grupo.

Considerando a localização geográfica do município que se estende por uma longa faixa litorânea, foi feita uma opção de divisão da área urbana em três regiões, que apresentam características locais semelhantes em termos de condições sócio-econômica e sócio-cultural, a saber, centro, norte e sul.

Foram articulados recursos em termos de espaço físico e suporte local em cada região, além da colaboração em termos de divulgação da pesquisa para obtenção de população local para participação nos grupos de pesquisa. A coordenação do trabalho ficou a cargo da SEPEDI e a execução contou com a participação dos componentes da Comissão Tripartite e do Grupo de Pilotagem, além da colaboração dos órgãos locais.

Participaram dos 12 grupos focais 131 pessoas, aproximadamente 1,2% da população de 60 anos e mais de Caraguatatuba, percentual que pode ser considerado significativo para a visualização de um cenário capaz de reproduzir as percepções dos idosos do município em relação aos assuntos abordados na pesquisa. A partir dos indicadores, constante da Ficha Convite para Participação buscou-se a caracterização da população pesquisada.

- **Gênero por faixa etária**, prevalece a presença das mulheres, 62,8 % ( Sessenta e Dois, Oito por cento) . E de Homens, respondem por 37,2% (Trinta e Sete, Dois), do total de 113 pesquisados.
- **Tempo de Moradia**, destacamos a faixa de 11 a 20 anos com menção ao tempo de residência no município, correspondendo a 27 % (Vinte e Sete por cento) do total geral pesquisado. Em segundo lugar, 24 % (Vinte e Quatro por cento), na faixa de 21 a 30 anos. Em terceiro lugar com 17% (Dezessete por cento), no período de 5 a 10 anos de residência no Município.
- **Profissão/Ocupação**, Do universo de 113(Cento e Treze) idosos pesquisados, obtivemos em primeiro lugar a situação de Aposentado(s), perfazendo 66 % (Sessenta e Seis por cento), seguidos de Do Lar, idosos que alegaram ocupação dentro do domicílio, na casa dos, 11% (Onze por cento). Os demais dados estão dispersos entre o setor terciário da economia; dentro das atividades econômicas de prestação de serviço, comércio, serviços bancários, administrativos, transporte, serviço de limpeza, meio ambiente, na área pública e privada, entre as informadas.

- **Local de Moradia (Bairro)**, dentro o Universo pesquisado, 113 Idosos, dos 40 (Quarenta) Bairros de Caraguatatuba, 30 (Trinta) deles estão representados através de seus moradores.

Conforme orientação metodológica, as reuniões foram conduzidas de forma a propiciar aos participantes as reflexões e discussões adequadas e necessárias à avaliação da situação do município no que diz respeito aos aspectos selecionados pelo Projeto de Pesquisa e que indicam a qualidade de vida dos idosos. São oito aspectos da vida em comunidade que compõem o checklist, elaborado a partir das experiências realizadas em outros países e posteriormente adequadas à nossa realidade. A partir da análise das observações feitas pelos participantes ao longo das pesquisas, ficou bastante evidente que os aspectos considerados mais comprometedores da qualidade de vida dos idosos em Caraguatatuba são Saúde e Transporte Público, itens que se destacaram em relação aos demais aspectos discutidos, pela interferência negativa que exercem no cotidiano da totalidade da população idosa.

Outra forma de diagnóstico foi a I Conferência Municipal do Idoso de Caraguatatuba, realizada entre o mês de abril e maio de 2015, que se deu a partir da deliberação do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso e da Presidência da República, com o objetivo de “propiciar a reflexão e discussão sobre o protagonismo e o empoderamento e as consequências nas transformações sociais, como estratégia na garantia dos direitos da pessoa idosa”.

Sendo já a IV Conferência dos Direitos da Pessoa Idosa realizada a nível nacional, o tema proposto para esta quinta conferência foi “Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa – Por um Brasil de todas as Idades”.

As conferências de políticas públicas são espaços amplos e democráticos de discussão das políticas, gestão e participação. Sua principal característica é reunir governo e sociedade civil organizada para debater e decidir as prioridades nas políticas públicas nos próximos anos. Na medida em que os diversos segmentos envolvidos com o assunto em questão participam do debate promovido na realização de uma conferência, pode-se estabelecer um pacto para alcançar determinadas metas e prioridades, além de abrir um espaço importante de troca de experiências (Teixeira, 2005).

Caraguatatuba, não havia ainda realizado nenhuma conferência municipal voltada à população idosa, sendo assim, a I Conferência Municipal do Idoso de Caraguatatuba teve por objetivo:



- Conferir a efetividade das ações de políticas públicas voltadas à população idosa; conhecer o que está sendo realizado e possibilitar a participação da sociedade na proposição, avaliação e monitoramento das políticas públicas;
- Enfatizar a necessidade de colocar a temática da pessoa idosa no cenário político, levando em consideração a pouca participação e ação protagônica desta população.

Participaram da conferência 180 idosos que apresentaram 55 propostas voltadas a todas as áreas propostas pelo checklist do Guia Global Cidade Amiga do Idoso.

Sendo assim, um plano foi desenvolvido à partir do: levantamento realizado por todas as secretarias e serviços municipais das ações, serviços e programas existentes até então em Caraguatatuba; do checklist do Guia Global Cidade Amiga do Idoso; das ações obrigatórias elencadas pelo Programa Estadual para obtenção do Selo Município Amigo do Idoso, comparados as necessidades e propostas levantadas pelos idosos na pesquisa do grupo focal e na conferência, o que permitiu constatar e analisar o que já foi realizado, o que está em andamento e o que ainda precisa ser realizado no município. Em todo o contexto avaliado, conclui-se que aproximadamente 60% das ações já foram executadas dentro do panorama de políticas públicas no município de Caraguatatuba, aproximadamente 30% estão em andamento e aproximadamente 10% estão em fase de planejamento, o que comprova o compromisso da atual administração na construção de uma cidade promotora do envelhecimento ativo e para todas as idades.

## **CONCLUSÃO**

O envelhecimento da população levanta várias questões essenciais para os formuladores de políticas e gestores públicos. De que modo podemos contribuir para que as pessoas ao envelhecerem permaneçam independentes e ativas? Como desenvolver políticas preventivas e promotoras da saúde, de maneira que as pessoas vivam mais tempo, mas vivam com dignidade? Então, como viver bem para viver mais? Ou para viver mais como viver bem?

A partir da pesquisa realizada e dos diagnósticos identificados com a população idosa de Caraguatatuba, foi possível identificar as diversas necessidades em todas as esferas setoriais de serviços, mostrando o quão fundamental se faz que o poder público favoreça, invista e promova uma política sólida e compacta de encontro às necessidades do ser humano que envelhece e necessita de uma cidade que lhes seja acessível, acolhedora e capaz de ofertar as políticas setoriais de maneira articulada e transversal.

Na gestão das políticas públicas há a necessidade de reestruturação organizacional, tornando-se urgente a transversalidade como estratégia conceitual e operacional, que permita a

incorporação de visões multifacetadas sob problemas complexos e que não podem ser solucionados de maneira isolada e setorial.

[...] pressupõe atuação interdepartamental e criação de fóruns horizontais de diálogo e tomada de decisão, em que conhecimentos, recursos e técnicas acumuladas em cada espaço institucional possam atuar em sinergia. Quando aplicado a políticas para grupos populacionais específicos, por exemplo, o conceito compreende ações que, tendo por objetivo lidar com determinada situação enfrentada por um ou mais destes grupos, articulam diversos órgãos setoriais, níveis da Federação ou mesmo setores da sociedade na sua formulação e/ou execução (IPEA, 2009, p.780).

O compromisso por uma gestão transversal deve ser mantido e defendido em uma administração pública, fato em Caraguatatuba já reconhecido, a partir da criação de uma secretaria municipal voltada para uma população específica, no caso, idosos e pessoas com deficiência.

Esse órgão executivo, agindo como propulsor, provocador, fomentador e articulador diante das demais secretarias municipais, sociedade civil e órgãos de controle social, como também junto aos poderes legislativo e judiciário, tornou-se a ferramenta necessária para a garantia de uma política transversal e especializada.

Partindo do pressuposto de que a escuta da população em questão é pré-requisito para a construção de um plano de gestão específico, esta pesquisa foi capaz de identificar as urgências, prioridades e necessidades a serem contempladas nos últimos anos da administração municipal de Caraguatatuba.

O envelhecimento ativo fortalece as políticas e promove uma sociedade inclusiva e coesa para todas as idades, sendo assim, o reconhecimento do direito à vida, à dignidade e à longevidade deve ser objeto da agenda oficial e prioritária de um governo.

A partir do diagnóstico construído e do plano de ação apontando as ações ainda necessárias a serem realizadas a nível de gestão, será possível minimizar os desafios advindos deste processo de envelhecimento progressivo nos próximos anos.

Sendo assim, políticas e programas de envelhecimento ativo são necessários para permitir que as pessoas continuem a trabalhar de acordo com suas capacidades e preferências à medida que envelhecem, e para prevenir e retardar incapacidades e doenças crônicas que são caras para os indivíduos, para as famílias e para os sistemas de saúde, conseqüentemente para a administração pública.

Uma cidade amiga do idoso é aquela que adapta suas estruturas e serviços para que estes sejam acessíveis e promovam a inclusão de idosos com diferentes necessidades e graus de capacidade e para que isto ocorra é fundamental uma administração comprometida, com vontade política e ideológica.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALBURQUERQUE, S. **Envelhecimento Ativo: Desafio do Século**. 1ed. São Paulo: Andreoli, 2008.

ALMEIDA, V. **Direitos Humanos e Pessoa Idosa**. Secretaria Especial de Direitos Humanos: Brasília, 2005.

BERZINS, M. BORGES, M. **Políticas Públicas para um país que envelhece**. 1ed. São Paulo: Martinari, 2012.

BRASÍLIA, DF. **Envelhecimento Ativo: uma política de saúde**. OMS, 2005.

Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. **Avaliação da rede nacional de proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa**. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília, DF, 2010.

Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa: construindo a rede nacional de proteção e defesa da pessoa idosa – RENADI. – Brasília: Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI, 2006.

**Envelhecimento e vida saudável, Vida e tempo**, Organização Edmundo de Drumond Alves Junior, Apicuri, 2009, 24).

**Estatuto do Idoso** - Lei 10.741 de 01 de outubro de 2003.

KALASHE, A. **Guia Global Cidade Amiga do Idoso**. Organização Mundial de Saúde, 2008.

NERI, A. GUARIENTO, M. **Fragilidade, Saúde e Bem-estar em Idosos**. Campinas, SP: Alínea, 2011.

NETTO, M. **Tratado de Gerontologia**. 2ed. São Paulo: Atheneu, 2007.

SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS, GOVERNO FEDERAL. **Cuidar e evitar a violência**. Brasília, 2008.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Plano Estadual para a Pessoa Idosa FUTURIDADE**. Fundação Padre Anchieta: São Paulo, 2009.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, GOVERNO FEDERAL. **Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa: Avaliação da rede nacional de proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa**. 1ed. Brasília, 2010.

INSTITUTO DE SAÚDE, GOVERNO ESTADO DE SÃO PAULO. **Velhices: experiências e desafios nas políticas do envelhecimento ativo**. São Paulo, 2013.

SESC SP. **A Terceira Idade, estudos sobre o envelhecimento**. Vol.15 – Nº30. São Paulo, 2004.

SESC SP. **A Terceira Idade, estudos sobre o envelhecimento**. Vol.18 – Nº39. São Paulo, 2007.

SESC SP. **Mais 60: Estudos sobre envelhecimento**. Vol 25 – Nº 60. São Paulo, 2014.